

23º SEMINÁRIO DE MUNICIPALIZAÇÃO DA SAÚDE
FAMURS/ ASSEDISA/ MS/SES-RS

OFICINA 2 – CARDIOLOGIA E ONCOLOGIA: REALIDADES REGIONAIS

Objetivo: Retratar a realidade de cada região do nosso estado no atendimento em saúde das redes propostas.

Coodernador(as): Maria do Horto e Katia Leal

Relator (a): Fabiane Raquel Motter

1. Encaminhamentos desta oficina

ACESSO, REFERÊNCIA E REGULAÇÃO

- Agilizar o acesso aos serviços de média e alta complexidade que são regulados através das centrais.
- As redes podem ajudar na formação das regiões e dos profissionais da saúde para que exista a contra – referência
- Trabalhar nos desenhos das redes, de acordo condições de cada região para que elas funcionem de fato.
- Precisa-se da co-participação do estado e da assessoria técnica, para que o município saiba como deve proceder para fortalecer a atenção básica. Isto porque o município gasta a maioria de seus recursos na media e alta complexidade, não sobrando recursos para o investimento na atenção básica.
- Avaliar e Monitorar os prestadores de serviços com objetivo de garantir as referências contratadas.
- Pensar num meio de punir os prestadores que não realizam o serviço.
- Formação, capacitação e educação permanente dos profissionais da saúde da atenção básica com o objetivo de qualificá-los para o atendimento de usuários que retornam da alta complexidade.
- Utilizar como parceiros os hospitais de referência na educação permanente das regiões e dos profissionais da saúde.

- A partir dos protocolos já existentes, temos que criar protocolos para que atenção básica consiga atender as contra-referências. Uma vez que os profissionais da saúde da atenção básica não estão capacitados para o atendimento de usuários que vêm da alta complexidade.
- Investimento na infraestrutura das coordenarias para fortalecer sua atuação no que se refere à assessoria técnica dos municípios.

CONTRALIZAÇÃO, FINANCIAMENTO

- Avaliar os incentivos regionais e reorganizá-los a partir de um processo de contratualização que pensa o sistema na sua integralidade.
- Rever as portarias de acordo com a realidade do sistema.
- Qualificar e ampliar o co-financiamento do estado reordendo os investimentos municipais no fortalecimento da atenção básica.
- O financiamento deve estar associado a uma assessoria técnica e monitoramento.
- O financiamento tem que conversar com as redes transversais.
- Quem define se continua o incentivo após a habilitação da alta complexidade ? Existem critérios?